

GESTÃO - O PÚBLICO E O PRIVADO

Jorge Carlos Corrêa Guerra, Dr

RESUMO

O termo gestão é cada vez mais abordado e apropriado sem que, em geral, haja um resgate de seu sentido e de sua derivação de uma ciência nova, a Administração. Neste artigo procuramos abordar a gênese da Administração, bem como seu "estado da arte" focando a questão do público e privado. A polêmica sobre as privatizações no Brasil torna oportuna tal reflexão.

Palavras-chaves: Administração, gestão, pública, privada, privatização.

ABSTRACT

The term management is becoming more approached and appropriate, in general, without the consideration of its real meaning and its derivation of the new science: Administration. The purpose of this paper is to analyze the origin of Administration, as well as its "state of the art" focusing on the matter of that which is private and public. The debate upon the privatization in Brazil enables such reflection.

Keywords: Administration, management, public, private, privatization.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre as privatizações no Brasil, principalmente no meio acadêmico, coloca em evidência a necessidade de uma abordagem centrada nas questões da Gestão.

O termo tornou-se nos últimos anos um chamariz, um modismo, um verdadeiro banquete onde se refestelam profissionais com (e muitas vezes sem) formações das mais diversas, que sentem-se perfeitamente aptos após

¹ Bacharel em Administração UNIOESTE. Especialista em Engenharia de Produção UFSCar. Mestre em Educação UNICENTRO/UNICAMP. Doutor em Administração Pública, AW/USA. Professor e pesquisador do CEEET-PR.

alguns cursos e “treinamentos” curtos à ministrarem palestras, cursos, seminários etc., sobre o tema. Contudo estas pessoas, geralmente, não têm o interesse ou vontade de aprofundamento e respeito que a ciência/arte da Administração merece e estendem este desrespeito aos seus profissionais.

Este posicionamento, de alguns, que chega as raízes do preconceito, é incentivado pela visão (e/ou falta dela) fragmentada da Ciência. Como Buber coloca em sua obra EU e TU, temos que transcender o “dualismo” de nosso pensamento: dependência-liberdade, bem-mal, unidade-dualidade, etc. Porém esta união é desafiadora, pois mesmo o nosso EU é aquele que queremos mostrar para os outros, o que só mostramos para alguns, o que não mostro para ninguém, o EU que não quero ver e até o EU que desconheço. Pessoas podem ser complexas na sua simplicidade e simples na sua complexidade.

Procuro refletir o público e o privado a partir do resgate do “estado da arte” da Administração, que é mais do que processos e tecnologia: é essencialmente feita por e para pessoas. Propositadamente deixamos a conclusão deste ensaio para cada leitor (a).

2. ADMINISTRAÇÃO – UMA VISÃO PANORÂMICA

A Administração como ciência é recente; seu estudo sistemático começou praticamente com a Revolução Industrial. Segundo Montana e Charnov, “alguns dos primeiros textos datam do início da Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra, depois se alastrando para toda a Europa e América no século XIX” (1998, p.8).

O ato de administrar, contudo, existe desde que o homem começou a se organizar socialmente. Basta lermos a História, escutarmos tradições orais, simplesmente visitarmos um museu onde vestígios do homem e seus antepassados estão expostos ou mesmo visitar locais como: cavernas com desenhos pré-históricos em diversos locais do mundo, as Pirâmides do Egito, a Muralha da China, ruínas maias ou incas para percebermos que deveria existir um mínimo de organização, no planejamento execução e manutenção destes “emprendimentos”.

Atualmente temos alguns resgates arqueológicos dessas práticas sendo feitos e publicados. Não só vestígios materiais, como fatos e atos, como, por exemplo: a organização humana para cultivar a terra na pré-história, a sobrevivência na Era Glacial, as conquistas e a organização do Império Romano, a arte da guerra no Império Chinês AC, o comércio fenício, a grande expansão marítima ibérica a partir do século XIV, a gestão da cidade de Atenas ou Roma na Antiguidade, etc..

As formas de organizar do homem são antes de tudo, parte integrante e indissociável de sua cultura. Isto é confirmado por Williams. “... há uma con-

vergência prática entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura como *modo de vida global* distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um *sistema de significações* bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social" (1992, p.13).

A Teoria da Administração surgiu como área específica de estudo, no início da década de 40. O conceito de Montana e Charnov de que "Administração é o ato de trabalhar com e por meio de pessoas para realizar os objetivos tanto da organização quanto de seus membros" (1998, p.2), é incompleto. A este acrescentamos a tarefa da Administração de Maximiano:

A tarefa de administrar consiste em tomar decisões sobre os objetivos a serem alcançados pela organização e sobre a utilização de seus recursos. Essas decisões classificam-se em quatro tipos principais: planejamento, organização, direção e controle. Tomar decisões desse tipo é administrar (1990, p.44).

A organização como constructum² tem que resolver problemas básicos da Gestão, tais como: qual o processo e quem toma as decisões, quem as implementam e se responsabiliza pelos resultados e conseqüências?

Conforme Maximiano, "na língua portuguesa, usam-se também outros termos como sinônimo da administração... gerenciamento e gestão são os principais" (1992, p.44) e continua:

Em qualquer organização, há sempre uma pessoa ou um grupo de pessoas que tem a administração como tarefa: sua responsabilidade consiste em tomar decisões... Portanto, seu papel é zelar pela eficiência e eficácia da organização. Esse grupo corresponde ao conceito de corpo governante... Dependendo do tipo de organização, alguns gerentes são eleitos pelos governados, como acontece nas associações e nações, outros são os proprietários dos recursos..., ou são nomeados por eles. Há... o caso daqueles que indicam a si próprios, quase sempre a contra-gosto dos governados, mas isto é outra história. A administração pode estar materializada num indivíduo ou colegiado: pode ser o gerente... numa empresa ou um Chefe de Estado, a Assembléia Nacional ou um comitê deliberativo (1992, p.45).

A centralização da Administração na competência técnica atualmente não é suficiente. Outras competências, como a cultural, a emocional, a política e a ética são também importantes. Esta mudança de foco é provocada, em parte, pelas transformações que a sociedade humana vivencia em sua jornada.

² Uma idealização humana, que não tem uma existência no mundo concreto. Ela é construída a partir do pensar e agir de pelo menos parte da sociedade humana.

Isto é exemplificado por Schaff, que retrata mudanças relativamente recentes na tecnologia, com reflexos na vida sócio-cultural:

Esta tríade revolucionária - microeletrônica, microbiologia, energia nuclear - assinala os amplos caminhos do nosso conhecimento a respeito do mundo e também do desenvolvimento da humanidade. Como vimos, as possibilidades de desenvolvimento são enormes, como são também enormes os perigos inerentes a elas, especialmente na esfera social (1992, p.25).

...a eliminação do trabalho (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da atividade humana, que pode adquirir a forma das mais diversas ocupações (1992, p.42).

As aplicações diretas da revolução informática na esfera do funcionamento do Estado serão de dois tipos, e no momento é impossível prever qual delas acabará por se impor. Por um lado, os avanços da informática contribuirão para a *centralização*, evidenciando assim a necessidade e as funções do aparato estatal...

Felizmente, por outro lado, os avanços da informática contribuirão também para a *descentralização* das funções públicas, criando - em alguns campos pela primeira vez na história da humanidade - verdadeiras oportunidades para uma solução deste tipo (1992, p.67).

Às mudanças tecnológicas, de formas de produção e/ou ocupação e de governo previstos por Schaff, adicionamos as de comunicação, cultura e principalmente da relação do homem com seu semelhante e o meio ambiente.

As transformações da sociedade humana e sua associação aos processos tecnológicos não é fato novo: são tratados no terreno antropológico por Darcy Ribeiro, o qual evidencia que as revoluções tecnológicas não explicam a totalidade da evolução desta sociedade, bem como o processo como isto acontece:

A sucessão dessas revoluções tecnológicas não nos permite, todavia, explicar a totalidade do processo evolutivo, sem apelo ao conceito complementar de processo civilizatório, porque não é a invenção original ou reiterada de uma inovação que gera conseqüências, mas sua propagação sobre diversos contextos socioculturais e sua aplicação sobre diversos setores produtivos. Nesse sentido, a cada revolução tecnológica podem corresponder um ou mais processos civilizatórios, através dos quais ela desdobra suas potencialidades de transformação da vida material e transfiguração das formações socioculturais (2000, p.21).

Na visão de Darcy Ribeiro existem outras revoluções tecnológicas correlacionadas com transformações socioculturais, além da classificação de Gordon Childe, das três revoluções culturais: a Agrícola, a Urbana e a Industrial a partir de uma pré-revolução em que o homem transcende a escala zoológica, para um plano cultural:

Assim em nosso esquema, à Revolução Urbana fazemos suceder uma *Revolução do Regadio*, que proporcionou as bases tecnológicas para configuração das primeiras civilizações regionais, através de inovações prodigiosas na construção de grandes canais de irrigação e de novos barcos para navegação: sistemas de estradas e edificações ciclópicas...além de escrituras ideográficas, de sistemas uniformes de pesos e medidas e desenvolvimento científico, sobretudo no campo da matemática e da astronomia... *Revolução Metalúrgica... Revolução Pastoril... Revolução Mercantil... e Revolução Termonuclear*, que parece desencadear-se em nossos dias com a eletrônica, a energia atômica, automação, os raios laser etc., cuja potencialidades de transformação da vida humana serão provavelmente tão radicais quanto as... anteriores.(2000, p.21).

A evolução da Administração não é só conseqüência das modificações da tecnologia e da sociedade, ela é fator e resultante do processo civilizatório. Isto é confirmado por Drucker, um dos mais importantes teóricos e “gurus” desta jovem ciência, ao falar sobre a Revolução da Informação:

Como a Revolução Industrial dois séculos atrás, a Revolução da Informação até agora - isto é desde os primeiros computadores, em meados da década de 1940 - apenas transformou processos que já existiam. Na verdade, o impacto real da Revolução da Informação não ocorreu na forma de informação... apenas transformou em rotina processos tradicionais de inúmeras áreas... O comércio eletrônico é para a Revolução da Informação o que a ferrovia foi para a Revolução Industrial - um avanço totalmente novo, totalmente sem precedentes, totalmente inesperado. Fazendouma analogia com a ferrovia de 170 anos atrás, o comércio eletrônico está criando uma nova explosão, mudando rapidamente a economia, a sociedade e a política (2000, p.52).

As colocações de Drucker, como de outros autores são discutíveis, contudo deixa claro que como na vida, uma das certezas da Administração é a mudança. Ele mesmo chamou este fenômeno de “era de descontinuidade... que se bem que ainda abaixo do horizonte visível, já estão alterando a estrutura e o sentido da economia, da nação e da sociedade” (1969, p.7).

Para Toffler (1991), a “terceira onda” - a revolução científico- tecnológica não se processará em milênios, como a agricultura ou em séculos como a Revolução Industrial.

Ela está sendo feita aqui e agora, e sua trajetória pode ser avaliada no máximo em décadas, contudo seus efeitos, com maior ou menor velocidade e impacto, são sentidos por quase toda humanidade.

A mudança de paradigmas³ e as revoluções científicas como mudanças de concepção de mundo, bem como a fragmentação e especialização, acentuadas no último século, da ciência e dos profissionais, é estudada por Kuhn. Isto pode, de certa forma, justificar as visões geralmente parciais e fragmentadas dos cientistas de todas as áreas, que vêem a “sua verdade”. Esta parcialidade pode ser ilustrada, pela vinheta de entrada da série de ficção científica “Arquivo X”⁴ - *a verdade está lá fora* - a verdade está no mundo exterior e interior, na sociedade, pessoas e organizações, na Terra e no Cosmos, no tempo e no espaço. Enfim o que é e onde está a verdade? Se relativa e simbólica ou totalmente absoluta? É mutável?

O conceito de tecnologia neutra é o mesmo de ciência neutra e está desgastado, porém vivo. Inovar não é mudar paradigmas e conceito de vida, ela transmuta-se em poder, para os que detêm este “saber”, que não é geralmente posse coletiva de todos, sim de alguns humanos, reproduzindo as conveniências destes.

A sociedade frente à ciência e à tecnologia fica, geralmente, entre o deslumbramento, a ignorância ou o medo, pois é cada vez mais difícil seu entendimento, inclusive lingüístico, pelo “não iniciado”: o cidadão comum, que não detém o conhecimento nem o “saber fazer”. Isto é, em parte provocado pela quantidade, velocidade e profundidade em que ocorrem as inovações.

A fragmentação e alienação da ciência e da tecnologia são retomadas por Marques:

Pelo menos no ocidente o aparato educacional com que se pretende transmitir o saber científico- tecnológico, seja o dos telefones celulares, dos automóveis, do café solúvel, da organização da produção ou da gestão financeira - freqüentemente se limita aos componentes especializados, ditos técnicos, criando desta forma uma impressão equivocada. Por um lado, ao excluir fatores que são freqüentemente rotulados separativamente de

³ Segundo Kuhn, “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham...” (1992, p.219).

⁴ Série de televisão escrita e geralmente dirigida por Chris Carter, em que dois detetives do FBI, tentam provar a existência de vida alienígena à Terra.

“política”, ou colocados sob a responsabilidade de outras profissões, o aparato educacional leva o engenheiro, o químico, assim como o biólogo e o nutricionista, a pensar que os problemas relativos a efetiva utilização de seus conhecimentos sejam nitidamente delineados (1993, p.6).

Como ciência, a Administração tem como fonte de informações e objeto de estudo as pessoas e as organizações, de onde retira “matéria prima” cotidianamente efetuando trocas com outras ciências. Estas ciências “humanas/exatas”⁵ tais como a Antropologia, a Arqueologia, a História, a Sociologia, a Política, a Arquitetura, bem como a Matemática, a Engenharia, a Física, a Química e mais recentemente a Ecologia e a Informática, são mais que partes do pensar humano e por conseguinte da Administração, que fica incompleta sem as Artes nas suas várias formas. Isto infelizmente não é geralmente percebido pelos próprios administradores e por quem os forma, refletindo no descuido da formação cultural, emocional, ética e política.

A Administração não escapou da segmentação: Marketing, Estratégia, Logística, Produção, Finanças, Recursos Humanos, Administração Pública, etc. sendo basicamente “rotulada” em *pública e privada*. Esta visão descartiana de dividir e estudar os pedaços para entender o todo, se bem que não plenamente válida, é aceita. Porém o *todo* é cada vez mais significativo e surgem mais espaços e estudos desta visão da Gestão. Entre os autores que compartilham esta tese, em maior ou menor escala, podemos citar Drucker (2000), Postman (1994), Champagne (1998), Kennedy (1993), McLaren (2000), Rifkin (1995), Thurow (1997), Wood Jr. (1995), Yúdice (1994).

Neste contexto, ciência, tecnologia, cultura, humanismo e sociedade são faces do humano, que numa perspectiva sócio-histórica deve ser resgatado na sua totalidade.

O entendimento humano pode ser simbolicamente representado pelas cenas do filme “2001 - uma odisséia no espaço”⁶ do homem descobrindo o fogo e os instrumentos, e milênios depois explorando a lua, com alta tecnologia. Nesses momentos aparece um monólito negro, o qual ele encantado e perplexo tenta decifrar.

As fases de construção da sociedade humana estão repletas de monólitos-revoluções, que chamam nossa atenção, nos deleitam em sonhos doces e nos apavora em pesadelos, nos dão sensação de domínio e domina-

⁵ A segmentação entre ciências humanas e exatas é inadequada, pois contribui no processo de fragmentação do conhecimento e na reprodução do separatismo intelectual, com nitidos reflexos na sociedade.

⁶ Filme produzido e dirigido por Stanley Kubrick (1968), com texto magnífico de Arthur Clarke.

ção. Voltamos a ser “crianças”, na montanha russa ou no trem fantasma, onde embora assustados, rimos e queremos saber o que tem, como é, quais são os limites (se existirem?).

A Administração como ciência pode e deve contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, com qualidade de vida, procurando equilibrar e satisfazer o desenvolvimento comunitário, organizacional e pessoal, com ética e respeito por todos os humanos e destes pelos ecossistemas. Caso isto não saia do discurso para a prática, corremos o risco nada virtual de não termos nada para administrarmos e, pior, de sermos extintos pela nossa incompetência e/ou omissão de gerirmos a Gaia, nossa casa Terra.

3. O PÚBLICO E O PRIVADO

Para Sennett a história das palavras “público” e “privado” é chave para o entendimento da transformação básica, na cultura ocidental:

As primeiras ocorrências da palavra “público” em inglês identificavam o “público” com o bem comum da sociedade. Em 1470, por exemplo, Malory ⁷ falou do imperador Lucius “... ditador ou procurador do bem *público* em Roma”. Setenta anos mais tarde, havia-se acrescentado ao sentido de público aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral... Perto do século XVII a oposição entre “público” e “privado” era matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. “Público” significa aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto “privado” significava uma região protegida da vida, definida pela família e amigos. Os significados atribuídos a *le public* na França mostram algo semelhante. No Renascimento, a palavra era utilizada com um sentido amplo, em termos do bem comum e do corpo político... Assim como o comportamento, também na crença os cidadãos das capitais do século XVIII tentavam definir tanto o que era vida pública quanto aquilo que não era. A linha divisória entre vida privada e vida pública constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade - encarnadas pelo comportamento público, cosmopolita - eram confrontadas com exigências da natureza - encarnadas pela família. (1988, pp.30, 31, 32).

A identificação de Sennett, do “privado” com interesses familiares e o “público”, com interesses que transcendem esta ligação no século XVIII é incompleta, pois não podemos esquecer que interesses comuns e próprios de

⁷ Thomas Malory.

grupos humanos, sem laços de parentesco, podem ser privados e discordantes do público.

Para o entendimento do *público* é indispensável o conceito de Estado. Para muitos antropólogos como Hoebel (1958), “onde há organização política, há Estado”.

Na visão de Fried (1976), a tendência de associar o Estado “a conceitos místicos de povo, de vontade das massas ou bem supremo, fizeram estragos consideráveis”. Este dano é perceptível na ideologização do termo segundo as necessidades políticas “da hora” e/ou dominantes. No conceito de Fried,

Um Estado não é apenas um legislativo, um corpo executivo, um sistema judiciário, uma burocracia administrativa ou até mesmo um Governo... convém encarar o Estado como o complexo de instituições por meio das quais o poder da sociedade se organiza sobre uma base superior ao parentesco. Ressalta-se que nem todo poder disponível em uma sociedade é necessariamente apropriado pelo Estado. (1976, p. 225).

Neste contexto, nasce a Administração Pública como prática de vida junto com a organização societal humana. Mesmo nas sociedades pré-históricas, os ritos, estratégias de caça, armazenamento de comida, escolha de abrigo, escambos, atos de guerra, etc., levantados por pesquisas arqueológicas, fornecem evidências que existia uma certa forma de administração. Estas formas culturais, com o advento do Estado, exigiram um grupo de “especialistas” que executassem as determinações do quadro governante. Ao longo da História e nas tradições orais e religiosas, a presença destes “funcionários públicos” está amplamente registrada.

Concordamos com a afirmação de Appleby (1966), que as atividades de Governo diferem e muito das demais atividades da sociedade. Esta diferença esta essencialmente na largueza de objetivo, impacto e consideração; responsabilidade pública, bem como seu caráter político. O conceito *público* de “aberto” e “transparente” é transferido também aos membros do Governo e seus funcionários. Isto é explicitado por Appleby,

A administração do governo difere de qualquer outro trabalho administrativo em um grau que não é nem de leve compreendido fora dele, em virtude da sua natureza pública, da maneira como está sujeito ao escrutínio e ao clamor público. Um administrador que chega ao governo impressiona-se desde logo, e continuamente, desde esse momento, com o interesse da imprensa e do público por todo detalhe de sua vida, personalidade e conduta. Esse interesse amiúde estende-se a detalhes da ação administrativa que na empresa privada jamais despertariam qualquer atenção a não ser no interior da organização. (1966, p. 78).

A vida e ações de funcionários públicos e membros do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, principalmente se ilícitas, ilegais, imorais ou amorais, estão na mídia e na "boca do povo" diariamente. Isto na organização privada, geralmente, é abafado "para dentro" e mesmo que não o fosse, provavelmente, não despertaria tanta atenção da nossa sociedade.

A discussão sobre privatização de algumas funções do Estado brasileiro, como a saúde, a educação, a segurança traz a questão da forma como a administração privada vê geralmente a necessidade de dar contas à sociedade de suas ações e de seus funcionários, ou a idéia de que isto é um assunto interno da empresa. A idealização de que só a iniciativa privada é que assegura o bem-estar social a todos; que quanto menor a intervenção do Estado melhor as coisas funcionarão; que a iniciativa privada é modelo ideal para as instituições e empresas públicas, é no mínimo algo a ser questionado e analisado antes de ser proclamada como verdade absoluta e solução para a ineficiência do Governo e/ou Estado. Isto se estende para a empresa pública.

As empresas públicas são aquelas que, como as privadas, produzem bens e serviços com o objetivo de sua venda a um preço que cubra seus custos, permitam seu desenvolvimento no mercado, mas são propriedade do Estado ou estão submetidas a seu controle.

Como origem das empresas estatais, costuma-se citar as minas da Roma Imperial e as "manufaturas reais" da monarquia francesa, entre outras. Contudo sua origem, para Ramoneda (1988), tinha como objetivo complementar as receitas de Governos e Estados, sempre insuficientes pelas deficiências do sistema tributário. Além disso, nos primórdios do Capitalismo, eram escassas as empresas públicas que substituíam as privadas por motivos financeiros - como por exemplo, o monopólio do fumo em alguns países Europeus no século XVIII - ou por razões de segurança e ordem pública, como o caso da fabricação da pólvora, de armas ou embarcações de guerra.

Também o comércio, a navegação e a construção de grandes obras tiveram, antes mesmo dos relatos históricos, o Estado como "empreendedor". Basta ler a História das expedições ibéricas, a partir do século XIV, seu planejamento estratégico via Escola de Sagres⁸, a formação de expedições piratas inglesas na mesma época, para roubar as cargas de ouro do Novo Mundo, financiadas pelo Estado inglês via sua rainha ou mesmo as expedições das companhias holandesas.

Contudo, foi no século XX, que o Estado-empresa irrompeu com força, através inclusive de instituições e figuras típicas do direito privado, como a

* Escola de navegação, no sul de Portugal, fundada no século XIV, para preparar navegadores, construtores navais, cartógrafos, enfim todos os "especialistas", que permitissem o domínio dos mares.

sociedade anônima ⁹. Elas existem atualmente em diversos países e atuam na maioria dos setores econômicos.

A intervenção estatal pode ser motivada pela tecnologia; tamanho potencial do mercado; vulto dos investimentos financeiros; elevado prazo de retorno financeiro; por razões estratégicas de Estado que não torna atraente ou desejada a participação total ou parcial da iniciativa privada, como o caso dos monopólios estatais.

Uma outra razão para a intervenção estatal é a existência de bens ou serviços semipúblicos, assim chamados, segundo Ramoneda (1988), "porque geram efeitos indiretos sobre o resto da sociedade que participa da transação". Ramoneda apresenta um exemplo, que ilustra bem este conceito:

O transporte público urbano é um exemplo típico ao qual a maioria dos autores recorre. Se, em vez do automóvel particular, um cidadão utiliza um meio coletivo - bonde, ônibus, metrô - a fim de deslocar-se de seu domicílio para o local de trabalho, ele reduz a contaminação atmosférica, o ruído, o congestionamento do trânsito e, portanto, os incômodos que seus concidadãos sofrem. Estes são os efeitos indiretos, ao passo que os diretos são aqueles que, em forma de comodidade, tempo, segurança recebe aquele que faz a escolha. Quando os efeitos indiretos são consideráveis comparados com os diretos, o mercado deixa de funcionar corretamente porque, no preço que o usuário paga, esses efeitos indiretos não são levados em conta...No transporte público, levará a um nível de utilização inferior àquele que a sociedade desejaria para evitar o congestionamento, o ruído e a contaminação. Então acaba sendo socialmente interessante reduzir o preço, a tarifa, abaixo do montante que o mercado livremente fixaria. Assim se tornaria mais atraente o transporte coletivo frente ao particular, e se incrementaria sua utilização. (1988, pp.221,222).

No exemplo apresentado por Ramoneda a diferença entre o preço de mercado e a tarifa fixada, deve ser coberta pela sociedade via Estado. Questionável?

Os investimentos em infra-estrutura, principalmente nos centros das cidades, são cada vez mais vultosos e inviáveis sob aspectos físicos, econômicos, sociais, financeiros, ecológicos, etc. Tais investimentos estão sendo

⁹ Sociedade comercial formada por, no mínimo, sete sócios, sendo o capital de cada um representado pelo número proporcional de ações e sua responsabilidade limitada ao capital investido. No caso de empresas estatais, o Estado detém o controle acionário.

feitos cada vez mais para veículos, não para as pessoas. Este assunto polêmico merece uma reflexão mais profunda. Talvez seja hora de revermos nossos conceitos e preconceitos.

Um exemplo brasileiro atual é o fornecimento gratuito, pelo Governo, do “coquetel de remédios” para pacientes aidéticos. Num primeiro passo houve a importação destes medicamentos; o segundo passo foi dominar a formulação e tecnologia de fabricação - laboratórios públicos passaram a fabricá-los, reduzindo pela metade as despesas anuais do programa. O gasto público coberto pelo Tesouro é uma opção social e política. É claro que o Governo poderia comprar de laboratórios privados brasileiros ou estrangeiros, e isto foi tentado, porém, houve desinteresse, falta de mobilidade ou preços razoáveis. Não restavam outras alternativas, no contexto, senão a intervenção estatal no mercado, continuar importando e/ou comprando no mercado nacional a preços altos ou suspender o programa. Optou-se pelo direito à vida; o Estado interveio.

A questão da superintervenção estatal é também problemática para ele Estado e seus cidadãos ¹⁰, pois pode criar encargos desnecessários e não compartilhados com a vontade e principalmente consentimento da sociedade, além de desviar recursos de áreas vitais e próprias de suas funções básicas.

A ideologia do interesse geral, na esfera pública principalmente, pode ser um instrumento de subordinação à vontade de uma elite governante: de exclusão das minorias, dos diferentes, dos “indesejáveis”; de manipulação social. Isto é evidenciado por Pereira:

Invocar ou evocar a noção de interesse geral valoriza a unidade, os interesses coletivos de um grupo social, de uma classe, de uma instituição, neutraliza os valores e comportamentos contrários que percorrem estas entidades, desvaloriza as divisões inerentes à lógica das relações de força. Os interesses particulares, na maioria das vezes conflituais, de vez em quando antagonistas, estão superados.

Neste sentido, a referência ao interesse geral oculta as diferenças, não reconhece o real dividido e constitui um mecanismo essencial na estratégia de homogeneização que esconde as hierarquias e os conflitos.

... procede então de uma estratégia de diferenciação que reconhece hierarquias e as desigualdades inerentes às ideologias e às divisões sociais. (1994, p.142).

¹⁰ Segundo Ferreira (1993), a cidadania se origina nas sociedades de classes. Conferida ao indivíduo, pelo Estado, serve para identificá-lo na esfera pública. A cidadania ou a não-cidadania media as relações entre o indivíduo e o Estado, incluindo-o ou não, na ordem de direitos e deveres.

Principalmente a partir dos meados do século XX, o conceito de “sociedade civil”, passou a fazer parte do cotidiano da administração pública. Segundo Boeira, a partir de textos de Scherer - Warren:

... podem ser destacadas, no contexto da área de pesquisa dos movimentos sociais, duas tendências principais: uma trata a questão a partir de uma relação dual - sociedade *versus* Estado: e outra que considera uma relação tripartite - Estado, mercado e sociedade civil.

A primeira tendência aponta a sociedade civil como o campo das várias formas de mobilizações, associações e organização de forças sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais.

A segunda tendência aponta a *sociedade civil* como um “terceiro setor”, contraposto ao Estado e ao Mercado, ou seja, um conjunto de entidades não-governamentais (independentes da burocracia estatal) e sem fins lucrativos (independentes dos interesses do mercado). Nesse contexto é que se tem falado de ONG - Organização Não-Governamental. (1998, p.29).

A administração pública, para atingir seus objetivos em Estados democráticos, dependem para seu bom funcionamento da participação dos cidadãos. Esta participação, por barreiras, falta de transparência ou exclusão do Estado às vezes lhes é negada. Mas muitas vezes esta alienação da coisa pública é uma escolha pessoal. Para Sennett:

Hoje, a vida pública também tornou-se obrigação formal. A maioria dos cidadãos aborda suas negociações com o Estado com um espírito de aquiescência resignada, mas essa debilitação pública tem um alcance muito mais amplo do que as transações políticas... Uma *res publica* representa, em geral, aqueles vínculos de associação, e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços e família ou de associação íntima: é o vínculo de uma multidão, de um “povo”, de uma sociedade organizada, mais do que vínculos de família ou de amizade. Como na época romana, a participação na *res publica* é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo; e os fóruns para esta via pública, como a cidade, estão em estado de decadência. (1988, p.16).

A afirmação de Sennett continua atual, no início do século XXI. As concepções de que “não adianta nada participar, porque nada mudará”; “que não vale a pena participar”; “que a participação não me trará nenhum benefício pessoal”; “que vou me indispor com o Estado ou empresas poderosas”;

“que a questão é só de responsabilidade do Estado”; ou que simplesmente não “quero saber e tenho raiva de quem sabe”, geralmente povoam o imaginário da sociedade.

A indiferença não acontece somente na esfera pública ligada as relações com o Estado. A vida pública se estende à exposição do indivíduo no ambiente de trabalho, na chamada “vida corporativa”¹¹. Pensamentos tais como, “não vou me expor...” ou “porque me expor?”, bem como a vida dupla, a ocultação de estilo de vida, preferência sexual ou opinião política, fazem parte geralmente do cotidiano corporativo. Esta situação é muito bem mostrada no filme “Philadélfia”, em que Tom Hanks interpreta um advogado que trabalha em uma grande firma. Como seu trabalho é brilhante, é convidado para entrar na sociedade, contudo é sumariamente demitido através de uma conspiração, quando um dos sócios descobre que é aídético e homossexual.

A vida corporativa com sua aculturação niveladora tende a ser cruel com os “diferentes”, principalmente se dispensáveis ou sem poder político. Alguns justificam esta atitude comparando-a ao lobo solitário, que não é aceito mais em nenhuma matilha e devorado se não for forte o suficiente para viver sozinho.

Os instrumentos de exclusão da corporação são violentos e violentadores. Isto leva, geralmente, a uma busca ansiosa pela privacidade como defesa e/ou fuga. Neste processo constrói-se uma “concha” em volta de si, que também opaca a visão do mundo exterior e aguça a indiferença.

Citando Martin Luther King, “o que me assusta não é a violência de alguns, mas o silêncio de muitos”. Romper este silêncio seja na esfera pública ou privada é o grande desafio da Administração.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- APPEBY, Paul H. **O governo é diferente**. In: WALDO, Dwight, Problemas e aspectos da administração pública, São Paulo: Pioneira, 1966.
- BOEIRA, Sérgio Luis. Crise civilizatória e ambientalismo transnacional. In: **Vozes e diálogos - Novas tecnologias em comunicação**. Cultura e Democracia, n.1, Abril, Itajaí: Univale, 1998.
- BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Moraes, 1974.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DRUCKER, Peter. Além da revolução da informação. In: HSM - Management, n.18, ano 3, São Paulo: HSM, 2000.

¹¹ A vida corporativa esta intimamente ligada a cultura da organização, que em alguns casos crê que a vida particular de seus funcionários é um prolongamento da vida “pública na empresa”.

- _____. **Uma era de descontinuidade** . São Paulo: Círculo do Livro, 1969.
- FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania** . São Paulo: Nova Fronteira, 1993.
- FRIED, Morton H. **A evolução da sociedade política** . Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GUERRA, Jorge Carlos Corrêa. **Tecnologia, simbolismo e mito** . Monografia, 2001.
- HOEBEL, E. Adamson. **Man in primitive world** . New York: McGraw-Hill, 1958.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas** . São Paulo: Perspectiva, 1992.
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI** . Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- McLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário** . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- MARQUES J. Costa. **Conseguirá Caramuru dominar seu feitiço** . Ciência Hoje - encarte Tecnologia, Rio de Janeiro, V.16, p 5 a 10, 1992.
- MONTANA, Patrick J. e CHARNOV, Bruce H.. **Administração** . São Paulo: Saraiva, 1998.
- MAXIMIANO, Antônio Cezar Amaru. **Introdução à administração** . São Paulo: Atlas 1990.
- PEREIRA, Bérangère Marques. **O papel da ideologia do interesse geral, na construção social das diferenças** . In: Sociedade e Estado, V. IX, n. 1/2, Brasília: UNB, 1994.
- POSTMAN, Neil. **Tecnopólio** . São Paulo: Nobel, 1994.
- SCHERER - WARREM, I. **Movimentos sociais** . Florianópolis: UFSC, 1987.
- _____. **Cidadania sem fronteiras** . São Paulo: Hucitec, 1999.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda** . São Paulo: Record, 1985.
- _____. **O choque do futuro** . São Paulo: Record, 1991.
- THUROW, Lester C. **O futuro do Capitalismo** . Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- SCHAFF, Adam. **A sociedade informática** . São Paulo: Unesp, 1992.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público** . São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório** . São Paulo: Cia das Letras/Pulifolha, 2000.
- RAMONEDA, Antônio Serra. **A empresa pública** . In: Administração de empresas - estratégia e direção, V2, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos** . São Paulo: Makron Books, 1995.

WILIANS, Raymond. **Cultura** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOOD J r., Thomas. **Sete pecados do capital** . São Paulo: Makron Books, 1995.

YÚDICE, George. **O multiculturalismo e os novos critérios de valoração cultural** . In: Sociedade e Estado, v. IX, n. 1/2. Brasília: UnB, 1994.